

OS TEXTOS LITERÁRIOS ANTIGOS E O HISTORIADOR: DESAFIOS E ABORDAGENS
ANCIENT LITERARY TEXTS AND THE HISTORIAN: CHALLENGES AND APPROACHES

Anderson Martins Esteves

Vol. XII | n°24 | 2015 | ISSN 2316 8412



Os textos literários antigos e o historiador: desafios e abordagens

Anderson Martins Esteves¹

Resumo: Ao abordar os textos literários e paraliterários da Antiguidade Clássica, o historiador se vê diante de um duplo desafio. Primeiramente, a língua original em que foram escritos representa um obstáculo não negligenciável e só parcialmente transponível por meio de uma tradução. Em segundo lugar, não menos importante é situar o texto estudado dentro de um quadro de gêneros e épocas literárias, que servem como balizamentos que ajudam a compreender os documentos dentro de seu contexto estético de produção. O objetivo deste artigo é discutir as noções de gênero e época literária, propor um panorama da literatura, a partir dessas grades teóricas e ressaltar como textos pertencentes a gêneros diferentes merecem interpretações e valorações específicas.

Palavras-chave: Literatura antiga, gêneros literários, história antiga.

Abstract: When approaching literary and paraliterary texts in Classical Antiquity, the historian faces a double challenge. First, the language in which they were originally written represents a non-negligible obstacle, which one can only partially overcome by means of a translation. Second, and no less important, to place the text in a grid of genres and literary epochs, which work as landmarks helping to understand each document in its aesthetical context of production. The purpose of this paper is to discuss the notions of genre and literary epoch, to propose a general view of the ancient literary system and to indicate how texts related to different genres must have different interpretation and evaluation.

Keywords: Ancient literature, literary genres, Ancient History.

De maneira geral, a História Antiga, tal como é entendida e praticada no Brasil, vem se afirmando como campo cada vez mais dependente da História e mais apartado dos Estudos Clássicos, na sua definição tradicional, ou seja, das Letras e Literaturas Clássicas, Filosofia Antiga e História Antiga. Em razão disso, reputo cada vez mais relevante e oportuno levantar algumas questões atinentes à formação inicial dos profissionais de História Antiga. São questões que, embora advenham de um campo de saber chamado filológico, tem grande impacto para os que se ocupam dos textos literários antigos, seja como historiadores, seja como filósofos, helenistas ou latinistas. E digo isso porque essas questões remetem a abordagens dos textos, algumas das quais desafiadoras, quando se considera a formação universitária brasileira. Daí o subtítulo deste artigo: “desafios e abordagens”. Pretendo, assim, levantar três questões fundamentais para a compreensão do texto literário antigo: 1. A língua original versus tradução; 2. O gênero literário; 3. A época, entendida no sentido de estilo de época. Meus objetivos são meramente informativos, isto é, de apresentar problemas preliminares atinentes à análise dita filológica dos textos literários antigos.

¹ Doutor em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2010), Brasil; é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Antes de tudo, um esclarecimento sobre a expressão “texto literário”, que utilizo no título. Saber o que é literário e o que é extraliterário em um contexto contemporâneo de produção cultural é um tópico de discussão infinita na teoria literária moderna. Distinguir um poema de Manoel de Barros de, por exemplo, uma bula de remédio, é tarefa muito simples empiricamente, mas a definição precisa de literatura e, a partir daí, a atribuição da chancela de “literário” a certos textos em detrimento de outros é um problema que deixo para meus colegas de teoria literária. Quando tratamos dos textos antigos – e por antigos me refiro a um grande conjunto de textos que vai da *Ílida*, no século VIII AEC, até a antiguidade tardia, com, por exemplo, Amiano Marcelino, Símaco e Ausônio, todos no século IV EC – as tendências filológicas mais recentes têm tendência a incluir no conceito de “literatura” quaisquer textos transmitidos pela tradição dos manuscritos (cf. FUHRMANN, 2005, p. 17). Assim, entram na definição de texto literário tanto as obras canônicas, como os poemas épicos, as tragédias e comédias, a poesia lírica; como outras obras, antes entendidas como sublitteratura, a exemplo da epistolografia, dos tratados “científicos” ou filosóficos e os discursos. Sobre isso, voltaremos mais adiante, quando tratarmos de gênero.

David Potter, em um livro que trata precisamente sobre os textos literários e o historiador de Roma, ao comentar quais seriam os elementos de uma questão histórica viável no campo da História Antiga, destaca:

1. Qual é a evidência disponível para responder esta questão?
2. Eu compreendo a transmissão da evidência: a tradição dos manuscritos é sólida, estou citando o texto em seu contexto original de produção ou em outro *etc.*?
3. Eu compreendo com precisão a língua da evidência?
4. Quais são as circunstâncias sob as quais a evidência foi composta?
5. Existem problemas com a evidência que limitam o modo pelo qual ela deva ser utilizada (erros factuais, parcialidade do autor *etc.*)?² (POTTER, 1999, p. 18-19).

Ressalto que, em pelo menos três dessas premissas de viabilidade, encontram-se questões de que trato hoje. O item 3 se refere à compreensão do texto original, e os itens 2 e 4, ao gênero literário e a Época, os quais, como veremos, remetem ao contexto original de produção do texto e interferem no modo como a evidência contida nos textos deva ser valorada.

Em países de grande tradição clássica, como Alemanha, Itália, França e Inglaterra, normalmente os alunos que chegam às graduações de História já tiveram acesso a um conhecimento prévio de latim e, em alguns casos, também de grego. Obviamente isso varia de acordo com os sistemas educacionais de cada país – e também é digno de nota que a carga horária de latim e grego no ensino pré-universitário vem caindo, sobretudo em países como a França – entretanto, a premissa básica de que o graduando em História, antes de aceder à Universidade, pôde optar por ter acesso às línguas clássicas continua tendo validade em grande

² Todas as traduções são nossas, exceto indicação em contrário.

parte da Europa. Esse conhecimento prévio é expandido ao longo da graduação, caso o aluno opte pela História Antiga. E, acrescente-se, em regra o graduando candidato aos Estudos da Antiguidade deve dominar pelo menos uma das duas línguas – precisamente a língua mais relevante para suas pesquisas – e ter um conhecimento intermediário da outra. Assim, um aluno hipotético, que estuda em Oxford e que se dedique às Guerras do Peloponeso, deve ter um conhecimento relevante de grego, que lhe permita estudar as suas fontes, mas não pode prescindir de algum conhecimento de latim, o que pode lhe abrir as portas para outros documentos, posteriores, escritos nesta língua e que lhe informem, por exemplo, sobre a recepção do seu objeto de pesquisa no contexto romano republicano ou imperial. Outro aluno, que estuda na Universidade de Paris IV e se dedica às guerras civis do fim da República Romana, deve obviamente saber ler latim, mas também será incentivado a aprender grego, para ter acesso a outros documentos nessa língua – e são muitos os autores gregos que se dedicaram ao período, diga-se.

Nas universidades brasileiras, entretanto, percebemos outro quadro. Primeiro, os Estudos Clássicos – esse conjunto formado pela História Antiga, pelas Letras Clássicas e pela Filosofia Antiga – tem uma tradição muito mais recente em nosso país do que na Europa e mesmo Estados Unidos. Continuamos, ainda que nas pegadas de valorosas gerações anteriores, dando os primeiros passos para a formação de uma massa crítica comparável à de muitos países do Norte. Segundo, porque, em regra, as várias disciplinas dos Estudos Clássicos se encontram separadas dentro da estrutura universitária, enquanto que, em alguns países, sobretudo os anglo-saxões, existem faculdades de *Classics*, que congregam História, Filosofia e Letras e Literatura antigas, o que facilita enormemente a integração entre os saberes. Terceiro, e mais importante para esta apresentação, porque os nossos alunos, regra geral, não sabem grego e latim. Esse desconhecimento das línguas clássicas é, antes uma decorrência do próprio sistema educacional brasileiro. De um lado, os alunos chegam à Faculdade de História sem qualquer conhecimento de grego ou latim, muitas vezes sem saberem o que é grego ou latim – isso advém da reforma educacional instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, seguida por outra em 1971, durante a Ditadura Militar, que extinguiram completamente o ensino do latim e do grego no ensino médio, para dar lugar a uma educação que atendesse mais à qualificação para o trabalho e, em 1971, que desse lugar a matérias como Moral e Cívica e OSPB. Assim, neste modelo educacional de matriz militar, saem Latim, Filosofia, Francês e entram Moral e Cívica, Educação Física e matérias ligadas à saúde pública. O latim, como disciplina obrigatória, só se manteve por dois semestres nas Faculdades de Letras. Em virtude disso, e também em função da inexistência de um curso que congregue os Estudos Clássicos em uma Faculdade, o graduando em História que se interesse por História Antiga, na grande maioria das vezes, não é incentivado a aprender latim e grego ou, se o é, não vê atendida esta demanda. Com efeito, como competir com dezenas de outras disciplinas, como História do Brasil, História da América, História Contemporânea, que são obrigatórias em sua grade e lhe tomam o tempo necessário para se aprender latim

e/ou grego, os quais, costumeiramente, nem figuram entre as optativas? A culpa, portanto, não é dos graduandos, mas sim dos responsáveis pela criação e aperfeiçoamento dos currículos.

A questão que coloco é: como fazer pesquisa em História Antiga sem um conhecimento, mesmo que básico ou intermediário do latim e do grego? Alguns dirão, como já tenho ouvido em algumas ocasiões, que basta se munir de uma “boa” tradução. E é aqui que eu me detenho para tentar demonstrar que, para os historiadores, bem como para os filósofos ou para os que se dedicam à literatura, não existe uma tradução, por melhor que seja, que corresponda às suas expectativas e ao rigor que se espera da pesquisa científica. E isso é um próprio corolário da atividade de tradução, que, como quer Umberto Eco (2007, p. 9) não significa “dizer a mesma coisa em outra língua” – uma tarefa impossível pelas operações de paráfrase, definição, explicação reformulação e substituições sinonímicas – mas antes, “dizer quase a mesma coisa” (p. 10). Para o autor, a grande questão prática que envolve a tradução está em se estabelecer a extensão desse “quase”. Ou, em suas palavras: “Estabelecer a flexibilidade, a extensão do *quase* depende de alguns critérios que são negociados preliminarmente. Dizer quase a mesma coisa é um procedimento que se coloca, como veremos, sob o signo da negociação” (ECO, 2002, p. 11). O que o autor define como negociação, como explica mais à frente, corresponde a um conjunto de conceitos que circulam na teoria da tradução, como equivalência, fidelidade, aderência ao escopo, iniciativa do autor³. Quer dizer, subjacente à afirmação de Eco está a noção de que a tradução se baseia em procedimentos de negociação, entendida como um processo em que se renuncia a alguma coisa para se obter outra. Essas duas coisas são os textos na língua original e o texto traduzido. Assim, para se traduzir, por exemplo, a *Eneida*, o tradutor precisa abrir mão de uma estrutura rítmica (lembremo-nos de que a *Eneida* foi escrita em versos, mais precisamente em hexâmetros datílicos), de figuras de linguagem, de uma estrutura sintática e estilística próprias ao latim, que não seriam compreendidas – ou só muito dificilmente seriam compreendidas – em português. Assim, temos, de um lado, o **texto-fonte**, e a cultura em que foi criado, e, do outro, o **texto de chegada**, e a cultura em que está inserido, com todo o horizonte de expectativas dos leitores (ECO, 2007, p. 20).

Para tornar mais clara a discussão de Eco, citamos o polígrafo alemão Schleiermacher, que em um livro de 1838, traduzido para o português agora em 2010, nos apresenta o que a seu ver seriam os dois únicos caminhos possíveis da atividade tradutória:

Mas, agora, por que caminhos deve enveredar o verdadeiro tradutor que queira efetivamente aproximar estas duas pessoas tão separadas, seu escritor e seu leitor, e propiciar a este último, sem obrigá-lo a sair do círculo de sua língua materna, uma compreensão correta e completa e o gozo do primeiro? No meu juízo, há apenas dois. **Ou bem o tradutor deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá a seu**

³Para uma boa introdução sobre essas questões conferir, por exemplo, Berman (2002).

encontro, ou bem deixa o mais tranquilo possível o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro⁴ (SCHLEIERMACHER, 2010, p.10).

Para Schleiermacher, no primeiro caso, o tradutor busca cunhar, em sua língua, a “mesma imagem”, a “mesma impressão” presentes na língua original, com o objetivo de transmiti-las aos leitores. Isso lhes causa estranheza, já eles se veem deslocados para outro lugar, o da língua de origem. O segundo caso se opõe ao primeiro, à medida que a obra e o autor são deslocados para o universo dos leitores; por outras, força-se o autor antigo a se exprimir de acordo com a expectativa dos leitores contemporâneos. No dizer de Snell-Horby (2012, p. 6), o primeiro método se fundamenta no alheamento e o segundo, na familiarização.

Temos, aqui, um impasse: ou a tradução é clara e compreensível para os leitores, e nesse caso, provavelmente, se afasta do original; ou, por outro lado, se mantém mais presa à língua original, mas se torna ininteligível, justamente por se distanciar da língua de chegada. Daí vem a expressão “belas infiéis”, muito comum nos estudos de tradução. Uma tradução bela, que se aproxima da sintaxe, do estilo e, enfim, do horizonte de expectativa do leitor, será, necessariamente, infiel, já que estará mais afastada do **texto-fonte**. Mas o grande problema é que mesmo uma tradução feia e, portanto, literal, não facilita, necessariamente, o trabalho do historiador, já que justamente por ser literal, pode ocultar, sobretudo em textos separados por muitos séculos, um espectro semântico que deveria estar ao seu alcance. Aliás, quando mais não fosse, reside aí, a meu ver, a inviabilidade de se trabalhar com traduções: ao traduzir um **texto-fonte** para o **texto de chegada**, o tradutor, no processo de negociação, tal como enunciado por Eco, realiza uma miríade de escolhas. Isso porque as palavras, e, sobretudo, as palavras utilizadas na literatura, são polissêmicas, ou seja, comportam vários significados. Em regra, seu significado original, ou seja, o desejado pelo autor do texto-fonte, pode ser reconstituído a partir da economia textual, da relação daquela palavra com as outras palavras do texto. Entretanto, essa tarefa, que pode parecer simples à primeira vista, é extremamente complexa em latim e em grego, de maneira que o que vemos nos textos traduzidos representa tão somente as escolhas semânticas realizadas pelos tradutores, por melhores que sejam. A possibilidade de outras leituras só se descortina, assim, quando nos voltamos para o texto original. Em resumo: trabalhar com uma tradução significa abrir mão de uma série de escolhas semânticas para acatar a escolha estabelecida pelo tradutor, o que não se pode fazer sem algum prejuízo para a compreensão do documento, que é a primeira tarefa do historiador.

Para retomar Potter e suas premissas de viabilidade de uma questão em História antiga, lemos no item 2 que é essencial que o historiador consiga colocar o texto em seu contexto original de produção, ou, se for o caso, em outros contextos e, item 5, que ele entenda problemas na evidência que possam restringir seu uso (POTTER, 1999, p. 18). Obviamente, contexto original de produção de um texto, como o próprio autor deixa entender nos capítulos seguintes do livro, se referem a uma multiplicidade de fatores, dos quais o

⁴ Grifo nosso.

contexto literário certamente não é o menos importante. Digo isso porque uma das instâncias que influenciam o modo pelo qual os autores antigos escreviam seus os textos e o modo pelo qual estes eram recebidos pelos leitores contemporâneos era o **gênero literário**. Este conceito é de relevância capital para o historiador ao estudar seus documentos à medida que, sem prejuízo das características individuais de cada autor, a obra literária antiga é grandemente atrelada aos requisitos de forma e de conteúdo de gêneros pré-existentes. Dessa maneira, por exemplo, um poeta elegíaco estava, *ex ante*, vinculado a uma matéria e a uma forma de tratá-la. Da mesma maneira, Tácito, ao se dispor a escrever a história de Roma, já estava condicionado, por uma exigência de gênero, a tratar de certos assuntos em detrimento a outros, bem como lhe era imposta a prosa como forma padrão.

A própria crítica literária na Antiguidade testemunha bem a existência de gêneros literários à época. Quintiliano, professor de retórica e, podemos dizer, crítico literário do século I d.C., classificava os escritores gregos e latinos em nove gêneros, a saber: epopeia, poesia elegíaca, poesia iâmbica, poesia lírica, poesia dramática, história, eloquência, filosofia e sátira, sendo este último só existente para os latinos (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, X). Martin e Gaillard (1990, p. 10) percebem algumas falhas da classificação de Quintiliano, como o seu extremo formalismo. Com acerto, argumentam ambos que, por essa divisão tradicional, as fábulas de Aviano, escritas em dísticos elegíacos, pertenceriam a um gênero diferente do das fábulas de Fedro, compostas em versos iâmbicos. Na classificação que propõem, a qual perfilhamos, distinguesse, primeiramente gênero de forma literária. O gênero é universal, definido pela função que ocupa na sociedade, ao passo que as formas são a maneira pelas quais os diferentes gêneros se manifestam em cada sociedade (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 11). Preferimos a grade proposta pelos teóricos modernos à classificação de Quintiliano justamente porque a primeira atende mais ao historiador. Enquanto a divisão de Quintiliano pressupõe um critério estético de identificação, sendo mais conveniente aos estudiosos da literatura latina e grega do ponto de vista formal, a divisão de Martin e Gaillard consideram a função social das obras literárias para classificá-las em cinco gêneros: quatro literários e um paraliterário.

Os autores conceituam, primeiramente, o gênero dramático, em que reúnem todas as obras que foram compostas com o objetivo da encenação (mesmo aquelas que nunca tenham sido, de fato, encenadas). São obras, portanto, em que o elemento textual não prescinde de outros elementos paratextuais – como o cenário, a indumentária, a interpretação do ator – para se fazerem completamente entendidas pelo público. No espaço cultural greco-romano, esse gênero divide-se, tradicionalmente, em tragédia e comédia, conforme queiram “suscitar o terror e a piedade” ou provocar o riso (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 12).

Em seguida, o gênero narrativo, que reúne os textos que apresentam uma história, na forma de relato de acontecimentos que se sucedem em um determinado limite cronológico (diacronia) e que se correlacionam entre si. Distinguem-se do gênero dramático porquanto: 1. Prescindem de uma performance no palco, ou seja, de elementos paratextuais; 2. Os limites cronológicos são muito mais elásticos do gênero

dramático, que, na estética clássica, é de um dia. São formas do gênero narrativo: a epopeia, o romance, a história e a fábula. Em Roma, ainda devemos acrescentar autobiografia, uma forma particular de historiografia, assemelhada ao romance e à fábula (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 12-13).

Em continuação, os autores discutem o gênero demonstrativo. Os textos pertencentes a este gênero têm o objetivo comum de expor e demonstrar um sistema de pensamento. Assim, como características principais, podemos dizer que este gênero é: 1. Sincrônico, por oposição aos dois anteriores, que são diacrônicos; 2. Didático, já que o principal objetivo das várias formas do gênero é o ensino. Quanto ao aspecto formal, esses textos assumem a forma de diálogos, tratados ou poemas (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 13). Assim, a exposição de um sistema filosófico, por exemplo, pode ser levada a cabo por meio de um diálogo, em Platão; de um tratado, em Aristóteles; ou de um poema, em Lucrecio.

Por derradeiro, o gênero afetivo, em que o autor tem como objetivo primordial “expressar uma afetividade”. A temporalidade, nesses textos, é “instantânea”, já que o autor visa a expressar o seu “estado de espírito” naquele exato momento da escrita. Formalmente, os textos reunidos neste gênero são: 1. Poemas, forma tradicionalmente associada à expressão dos sentimentos; 2. Muito mais curtos do que os poemas dos gêneros anteriores. São formas do gênero afetivo: a poesia lírica, a elegia, o epigrama e, no caso de Roma particularmente, a sátira (MARTIN, GAILLARD, 1990, p. 14-15).

Os autores consideram que os discursos oratórios e as cartas não constituem obras literárias e, por isso, agrupam essas duas formas em um domínio paralelo ao literário – paraliterário. Uma dessas formas, a epistolografia, é de expressão reduzida na literatura antiga. Em Roma temos as famosas Cartas de Cícero e as de Plínio⁵e, só depois da obra deste último se pode falar em gênero epistolográfico. Muito mais importante do que este, dadas as suas extensões, está o gênero oratório, seja na versão do discurso judicial, deliberativo ou epidítico. Todos estes eram escritos ou proferidos, estritamente em consonância a retórica, um conjunto de regras que previa sua estrutura, a disposição dos argumentos, a utilização das figuras de linguagem, o grau de emotividade que cabia a cada situação. Os discursos de Ésquines, Demóstenes, Cícero, por exemplo, quer por sua quantidade, quer por sua relevância em determinadas questões, constituem textos quase que incontornáveis para os profissionais de História Antiga. E para se empreender uma primeira leitura, reputo fundamental a análise retórica. Isso porque essas obras, bem como várias outras, como a própria prosa historiográfica de um Tucídides ou de um Tácito, eram compostas de acordo com o código retórico e eram recebidas por um público familiarizado com estas regras. Assim, dominar os conceitos básicos de retórica para uma primeira abordagem de várias obras antigas equivale a dispor de uma gramática básica, que articula e organiza o ato discursivo e, ao mesmo tempo, que permite sua decodificação⁶.

⁵ Omito as cartas filosóficas de Sêneca, por entender que se subsumem melhor ao gênero demonstrativo.

⁶ Para tanto, recomendo obras basilares, como: Barthes (1970), Lausberg(1970) e, sobretudo, Reboul(2000).

E, finalmente, os estilos de época. Se imaginarmos graficamente o conceito de tratamos, poderíamos representar o gênero como uma linha vertical, que atravessa cronologicamente várias épocas. Os estilos de época, por sua vez, poderiam ser imaginados em uma linha horizontal, para representar a progressão temporal. Ora, é justamente na intercessão desses dois vetores que se encontra cada texto literário que se nos apresenta para análise.

Enquanto o gênero, por sua natureza, é diacrônico, o estilo de época é, por óbvio, sincrônico, ou seja, se relaciona a um período determinado. Abordar sincronicamente uma obra não é puramente estabelecer correlações entre esta e o período histórico em que ela se situa; como se, para se ler um poeta augustano, fosse suficiente entender os primeiros anos do Alto Império e a sua sociedade. Este conhecimento baseado no contexto histórico, posto que indispensável, não dá conta de explicar as características comuns da literatura augustana. Estas só podem ser estudadas como integrantes de um sistema, que, embora relacionado à ordem político-social, dela é distinto e tem vida autônoma – é o conceito de “época”, no sentido literário. Tomando isso por base, a literatura latina pode ser dividida por épocas que correspondam à história política de Roma, como literatura da República, literatura augustana, literatura imperial; ou que se liguem a conceitos da história da arte, como literatura arcaica, clássica, pós-clássica. Mesmo a filologia histórica oferece termos, como “período de ouro” e “período de prata”, para separar uma literatura tida como modelo de expressão linguística, de outra, encarada como uma degenerescência da anterior; méritos literários que se representam pela relação de valor entre metais preciosos.

Todas essas divisões apresentam problemas, já que não se originam da própria história da literatura, mas sim de áreas relacionadas com o fenômeno literário. Assim, para Fuhrmann, uma periodização da literatura latina deveria partir do reconhecimento de uma *Epoche*, i.e., pela determinação de suas características intrínsecas e pelo estabelecimento de seus limites (termo inicial e final) (FUHRMANN, 2005, p. 60). Zimmermann insiste no caráter indutivo da periodização da literatura latina, esclarecendo que “tendo como base os testemunhos literários de que dispomos, devem ser identificadas e definidas as marcas típicas (*Epochenmerkmale*) que os textos de um determinado intervalo temporal, inclusive ultrapassando os limites dos gêneros, apresentam em comum” (FUHRMANN, 2005, p. 60). As marcas típicas da época são características comuns, referentes a escolhas formais, estilísticas ou linguísticas, ou a uma preferência por certos temas, ou a uma visão de mundo.

Tais índices apresentam-se associados a outros fenômenos, como a consciência de se pertencer a uma época, os círculos literários, um programa estético definido (seja explicitamente, como na forma de “manifestos” literários; seja de modo implícito, apenas intuído nas obras), resultando tudo isso numa queda dos paradigmas da época anterior (RIEMER, 1998, p. 112). É esta quebra de paradigmas, entendida como mudança de valores e de práticas literárias em relação a uma época imediatamente anterior, que sintetiza o sentido do conceito grego *epoche*, a significar ‘ruptura’. Entendida como tal, a época, ainda que possa ter seu

ponto de partida em um evento histórico, desenvolve-se de forma autônoma, obedecendo a uma lógica interna ao *continuum* literário.

Adotamos uma periodização que, tomando o clássico como referência cronológica, reconhece uma época pré-clássica, ou arcaica, e outra pós-clássica⁷.

O pré-clássico, ou arcaico Romano, começa no século III AEC e se estende até o século I. É marcado por experimentalismo muito grande, por produções muito independentes e, em grande medida, traduções ou adaptações dos autores gregos. Aí estão Lívio Andronico, Ênio, Plauto e Terêncio.

A época clássica em Roma, que vai aproximadamente da morte de Lucílio (102 a.C.) até a morte de Ovídio (*circa* 17), é marcada, no âmbito literário, pela utilização dos modelos gregos (*exemplaria Graeca*) e pela tentativa de superá-los (*aemulatio*) e, no âmbito político-social, pelas guerras civis do fim da República e pelo processo de pacificação entabulado por Augusto. Ela é dita clássica justamente por estabelecer os paradigmas para os sistemas literários posteriores, estendendo sua influência até o Renascimento e, em certa medida, até a atualidade.

Já no pós-clássico, prenunciado pela obra de Ovídio, impera a *Pax Romana* e as instituições políticas, salvo em momentos episódicos de crise, são estáveis. Não há mais o conflito entre crise política e a tentativa de superá-la, o que, para Fuhrmann, instiga e mesmo torna possível o processo criativo dos autores clássicos. Os pós-clássicos, por outro lado, têm outros desafios (ou outros rivais) no campo literário, pois já não emulam os modelos gregos, mas sim seus próprios antecessores latinos. Donde o tom geral anticlassicista da primeira geração dos pós-clássicos, composta por Sêneca, Lucano e Petrônio – período cujo termo final coincide com o fim da dinastia júlio-claudiana, já que todos pereceram nos últimos anos do principado de Nero.

Para dar um exemplo da influência do Estilo de Época na interpretação de uma obra, basta dizer que época pós-clássica desenvolveu-se, como dito, em um período histórico de paz e de prosperidade econômica. Entretanto é curioso que, no apogeu político-social do Império Romano, a literatura tenha deixado entrever um tom tão sombrio no que respeita à natureza humana, ao Estado e à sociedade. E precisamente a historiografia capitaneava esse pessimismo, como ensina Fuhrmann:

A literatura do período pós-clássico baseia-se em circunstâncias que pouco mudaram com o passar do tempo; ela se desenvolveu em um período de paz sem interrupção, de segurança e de bem-estar geral. Não obstante, deixa entrever uma surpreendente escala de negatividade e escuridão. Não faltam, é verdade, louvores festivos daquela época, exteriormente tão feliz; o panegírico [...] representava esse tom. Quanto ao resto, entretanto, fazia-se notar frequentemente uma relação polêmica, conquanto ambígua, com o Estado e com a sociedade e, por excelência, com a natureza humana. Na literatura historiográfica, a crítica negativa da existência parece ter predominado. Que esta postura

⁷Esta periodização é adotada por Conte (2008), Paratore (1992) e Schanz e Hosius (1980).

não era ditada somente por razões políticas, provam-no outros gêneros, em que a visão negativa também dominava (FUHRMANN, 2005, p. 73).

Mesmo o romance de Petronio, o epigrama de Marcial e a sátira de Juvenal, obras associadas ao humor, não distoam deste Leitmotiv. Em todos, o riso se origina de uma profunda crítica à sociedade e, em alguns casos, como no *Satíricon*, o absurdo e precariedade da condição humana são retratados de forma bizarra.

Procuramos oferecer um panorama dos problemas de tradução de textos antigos e dos conceitos-chave de literatura, como gênero e época. Nosso objetivo foi o de possibilitar aos historiadores não familiarizados a estas questões uma primeira abordagem, de maneira a enriquecer o seu contato com a documentação textual. Recomendamos vivamente a leitura dos autores citados, cujas ideias foram resumidas neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. In: *Communications*, n. 16. Paris: Seuil, 1970.
- BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. Bauru: EDUSC, 2002.
- CONTE, G. B. *Letteratura latina: manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano*. 12. ed. Milano: Le Monnier, 2008.
- ECO, U. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. São Paulo: Record, 2007.
- FUHRMANN, M. *Geschichte der römischen Literatur*. Stuttgart: Reclam, 2005.
- LAUSBERG, H. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- MARTIN, R.; GAILLARD, J. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Nathan, 1990.
- POTTER, D. *Literary Texts and the Roman Historian*. London: Routledge, 1999.
- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Tome VI, Livres X et XI, éd. Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 1979.
- REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RIEMER P.; WEISSENBERGER M.; ZIMMERMANN, B. *Einführung in das Studium der Latinistik*. München: C.H. Beck, 1998
- SCHLEIERMACHER, F. D.E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SNELL-HORNBY, M. *Translation Studies*. Amsterdam: John Benjamin, 1991.

Recebido em:18/08/2015
Aprovado em:15/09/2015
Publicado em:27/10/2015